



Colunas

Tamanho da Fonte



30/03

Política fiscal do "toma-lá-dá-cá" ameaça à economia brasileira

No dia 24.03.2011, por meio de um Decreto Presidencial, o governo aumentou de 2,38% para absurdos 6,38% a alíquota do IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras, exigido sobre as compras pagas com cartão de crédito fora do Brasil. O Governo Federal diz ter implantado uma Política Fiscal voltada a reduzir e controlar os gastos em dólares na compra de produtos e serviços no exterior, salvaguardando a indústria, pois os produtos e os serviços brasileiros não podem competir em preço e qualidade com produtos estrangeiros, porque são onerados com o conhecido "custo Brasil", uma mistura de ineficiência nos investimentos governamentais versus elevadacarga de impostos.

Aproposta não poderia ser melhor, exceto se fosse verdade!

Ainusitada preocupação governamental, nada tem haver com a proteção da indústria, dos produtos, dos serviços brasileiros e com a política e/ou inteligência fiscal. A verdade é que a recém eleita presidente Dilma Rousseff se viu em apuros quando pressionada a corrigir a tabela de isenção do Imposto de Renda na Fonte pelos mesmos líderes sindicais que a elegeram.

Com a exigência dos Sindicatos, a presidenta alterou a faixa de isenção do IR de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61. Ou seja, na sua grande maioria, os trabalhadores vinculados aos sindicatos dos trabalhadores - os quais dão sustentação ao governo, ficam dispensados de pagar Imposto de Renda. Este benefício, justo ou não, custará aos cofres públicos, a renúncia equivalente a não menos que um R\$ 1,6 bilhão só no ano de 2011.

Diante desta realidade paradoxal, o Governo Federal preferiu trilhar a Política Fiscal até então praticada pelos últimos governos. Gastar e gastar, e cobrar mais impostos, em um "toma-lá-da-cá", deixando a conta sempre para os cidadãos e empresas brasileiras. Neste caso, a solução foi aumentar em mais de 300%, e de uma só vez, o IOF incidente sobre as compras de cartão de crédito feitas no exterior, arrecadando algo em torno de R\$ 1,75 bilhão dos contribuintes não favorecidos pela isenção do IRRF negociada com os Sindicatos.

O pior disto tudo, é que esta decisão onerou – sem qualquer aviso - em quase 10% o orçamento de estadia, alimentação e transporte das pessoas que já se encontram viajando, seja a trabalho, estudos ou lazer.

Esta política autofágica e de desrespeito aos brasileiros revela o quanto é delicada a situação das contas governamentais.

Há um enorme desequilíbrio entre as previsões oficiais de receita e o tamanho das despesas governamentais, cujos números foram elevados pelos excessivos gastos do Governo anterior, que cresceu a dívida pública só no ano de 2010 em valores superiores a R\$ 200 bilhões.

Não por outra razão, que a diretora-executiva da Standard & Poor's do Brasil, Milena Zaniboni, nesta terça-feira, 29.03, disse que, caso o Brasil não cumpra a meta de superávit primário deste ano, equivalente a 2,9% do PIB, "pode haver rebaixamento" da perspectiva ou da nota de classificação de risco, afetando a atual classificação na escala do ranking de "investment grade" (BBB).

Só com crescimento econômico é possível enfrentar as grandes despesas realizadas pela gestão anterior. Caso contrário, como pagar a dívida pública contraída em meados de 2010 pela emissão de títulos da dívida pública no valor de R\$ 202 bilhões? Os recursos obtidos com este bilionário empréstimo foram repassados, a maior parte, ao BNDES (que por sua vez repassou quase totalidade do que recebeu para o aumento de participação da União na Petrobrás), ao Banco do Nordeste, ao Fundo de Marinha Mercante e à Caixa Econômica Federal. Só esta emissão de títulos, correspondeu a 12% do PIB, aumentando a dívida pública mobiliária nacional que, segundo dados do próprio Banco Central, já era superior a 64% do PIB, correspondendo a mais de US\$ 912 bilhões, cujo custo supera US\$ 333 milhões de juros "ao dia".

Este desequilíbrio fiscal não é possível de ser corrigido pelo simples aumento de impostos, até porque as transações internas são tributadas em quase 65%, na média. Somente diminuindo os juros da dívida pública interna e cortando os desperdícios dos gastos públicos é que haverá equilíbrio fiscal e, ainda, sobrarão recursos para viabilizar crescimento econômico acarretando assim, o aumento de arrecadação por escala.

Caso contrário, a política do "toma-lá-dá-cá", vai contribuindo com a desaceleração toda a economia, afetando Bolsas de Valores e assim retirando o Brasil da confortável situação que o mercado global hoje lhe tem creditado, mas que agora - quando a crise mundial de 2.008 parece estar superada - começa questionar.

Mais Colunas

22/03-Receita aperta o cerco na cobrança do REFIS DACRISE

02/03-Brasil: um caso onde as leis trabalhistas prejudicam os empregados

22/02-Um Ministro e uma Justiça do Trabalho da Década de 1950 – Ninguém Merece!

14/02-Prova concreta da inconsistência da política fiscal nacional

23/01-Final dos tempos! CNJ invade atribuições do poder executivo e também quer arrecadar tributos

13/01-STJ torna definitivo: dívidas da sociedade não são dívidas dos sócios, agora só falta a justiça do trabalho entender!

10/01-Supremo mantém reserva de mercado para advogados inscritos na OAB: "As outras profissões que se cuidem!"

04/01-Repatriamento dos dólares depositados no exterior

27/12-Dramas do Refis da Crise e do CPMF

10/12-Banco 24h e dívida pública botam para correr a tropa de eleite

03/12-CNJ: Um peso, duas medidas!

22/11-"Incidente diplomático"

28/10-É ético escolher entre um homem e uma mulher?

18/10-Brasil - O maior caso de urgência do mundo!

29/09-Pôncio Pilatos é indicado como ministro do STF

13/09-Petrobrás – To be, or not to be?

02/09-Um abismo às vésperas das eleições

25/08-Assédio Moral no trabalho é mais forte contra os empresários

Colunistas



Edson Freitas
Política fiscal do "toma-lá-dá-cá" ameaça à economia brasileira



Lizete Sebben
Reeleição é finda!



Armando Burd
Insistindo no erro

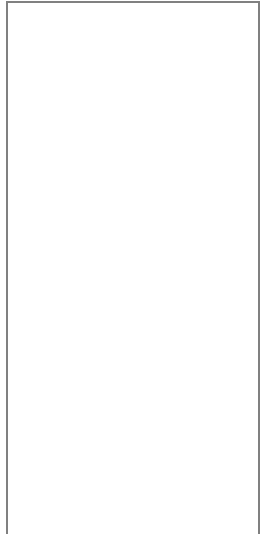
MAIS COLUNAS



Blogs

MAIS BLOGS

PUBLICIDADE



Agenda de Eventos

MAIS EVENTOS

Artigos

- Aterceira idade quer viver mais e melhor
- Clipping, o desafio das assessorias de imprensa
- Merchandising no PDV



Édson Freitas - Direito do Contribuinte

Presidente da Edison Freitas de Siqueira Advogados Associados, também está a frente do Instituto de Estudos dos Direitos do Contribuinte, IEDC. Atua como consultor jurídico permanente da Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte, além de ser cônsul da República da Sérvia.

- ↳ Marketing no Facebook aumenta vendas
- ↳ 6 dicas para você gerenciar o seu tempo e ven
- ↳ Contratos Eletrônicos
- ↳ **MAIS ARTIGOS**

HOME

- [Página Inicial](#)
- [Notícias](#)
- [Colunistas](#)
- [Entrevista da Semana](#)
- [Blogs](#)
- [Galeria de Fotos](#)
- [Agenda de Eventos](#)

LINKS

- [Portal](#)
- [Vídeos](#)
- [Artigos](#)
- [Anuncie](#)
- [Newsletter](#)
- [Contato](#)

ATUALIZE-SE

- [Feeds](#)
- [Flickr - Galeria de Fotos](#)
- [Youtube - Galeria de Vídeos](#)

© Copyright 2009
Todos os direitos reservados
Enewsrs - A opinião em primeiro lugar

Desenvolvido por: Voga Comunicação Digital

